

“DISCUTIR ISSO PRA QUÊ?” GÊNERO E RAÇA NO ENSINO DE HISTÓRIA EM PERNAMBUCO

Eixo Temático 17 - GÊNERO, RAÇA, ETNIA E SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE.

Flávia Ribeiro de Sousa¹
Janaína Guimarães da Fonseca e Silva²

RESUMO

O presente texto tem por objetivo debater sobre a importância do ensino de história para a compreensão das relações de poder e das construções sociais de dominação/subordinação no que se refere às questões de gênero, “raça” e sexualidade. Para isso, utilizamos contribuições dos estudos decoloniais a partir de autoras como María Lugones (2014) e Nilma Lino Gomes (2012). Neste trabalho, foram analisados questionários respondidos por docentes de história da Rede Pública Estadual de Pernambuco que lecionam em escolas localizadas em Petrolina, tendo como base a Análise do Discurso Crítica (ADC). Percebe-se que ainda existe um grande despreparo de professoras/es para abordar essas temáticas, bem como uma forte resistência principalmente relacionada aos problemas de gênero.

Palavras-chave: Gênero; Raça, Decolonialidade, Ensino de História, Docentes.

INTRODUÇÃO

O Brasil foi invadido e submetido ao processo de colonização que ocorreu entre os séculos XV e XVI. Como consequência dessa colonização, a sociedade brasileira é marcada por diversas desigualdades, entre elas a de Gênero e de Raça. Além disso, houve a hierarquização dos povos com base na categoria “raça”. Neste cenário, faz-se necessário

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares da Universidade de Pernambuco – UPE, flavia.ribeirofg@gmail.com;

² Professora orientadora: Doutora, Universidade de Pernambuco - UPE, guimaraes.janaina@gmail.com.

pensar as questões de gênero numa perspectiva racial, pois a falta de racialização coloca negras/os e brancas/os em condição de igualdade.

Diante disso, as questões de gênero se apresentam como um dos desafios da Educação, em especial do Ensino de História. Uma vez que é preciso historicizar gênero, sexualidade e racismo, percebendo a influência do colonialismo sobre as percepções que temos sobre esses temas. Como diz Jaeger, Longhini, Oliveira e Toneli: “apostamos que a cultura ocidental, mais especificamente o colonialismo, impõe um modo de ser e estar no mundo focado em mono temas, mono afetos, mono deus, mono sexualidades, monogâmias” (2019, p. 07).

Neste sentido, é através da história que se torna possível perceber como são mutáveis as significações atribuídas à diferença sexual, bem como aos processos políticos através dos quais esses significados são construídos. Além disso, é fundamental que se relacione às desigualdades de gênero com raça, e, a história é uma das principais aliadas para tal, questionando o ensino eurocêntrico e hegemônico. Entendendo que é papel do ensino de história problematizar o processo de colonialidade a que a América Latina está submetida.

A partir deste pressuposto, nossa proposta de pesquisa busca investigar se professoras/es de História de escolas da rede estadual de Pernambuco, localizadas na zona norte do município de Petrolina-PE, utilizam a categoria gênero em suas aulas, bem como se é feita uma relação entre Gênero e Raça. Para isso, nos valeremos de entrevistas e questionários com as/os professoras/es.

Conforme a pesquisa “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil” realizada em 2021 pelo Instituto Datafolha e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, na pandemia uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violência, tendo maior prevalência entre as mulheres negras, com 28% dos casos. Além disso, vivemos um contexto político marcado pelo avanço do conservadorismo, onde há ações agressivas de grupos contrários aos direitos humanos na sociedade e junto às escolas públicas, que em nome de uma defesa da “família tradicional”, vêm atacando políticas de igualdade de gênero.

Assim, justifica-se a proposta de pesquisa, pois pesquisar sobre Gênero e Raça no ensino de História pode contribuir para a superação de discursos sexistas, racistas, segregacionistas.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

O método científico aplicado é o estudo de caso. De acordo com Sturman (1988, p. 61 apud MOREIRA, 2011), estudo de caso é um termo genérico para a pesquisa de um indivíduo, um grupo ou um fenômeno. No caso do presente estudo está sendo pesquisado a prática de professoras e professores de história no que se refere às abordagens de Gênero e Raça no ensino da referida disciplina. Na pesquisa em educação, o Estudo de Caso busca enfocar um fenômeno particular, considerando seu contexto e suas diversas dimensões. As abordagens qualitativas no estudo de caso se fundamentam numa perspectiva que entende o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas. (ANDRÉ, 2014).

A pesquisa acontece com os/as docentes que ministram aulas de História nas turmas do Ensino Médio das escolas da rede pública estadual localizadas na zona norte de Petrolina-PE. Na fase de coleta dos dados, serão realizadas entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários e observação do cotidiano escolar. A entrevista é composta de itens objetivos e subjetivos, visando conhecer melhor as características pessoais e profissionais das/dos entrevistadas/entrevistados, bem como suas percepções sobre as problemáticas de Gênero e de Raça em sala de aula, buscando-se, portanto, identificar como essas categorias são abordadas no ensino de História.

Para o exame do material coletado, utilizamos a Análise de Discurso Crítica (ADC), que se baseia em uma percepção da linguagem como parte inseparável da vida social dialeticamente interconectada a outros elementos sociais. Trata-se, portanto, de uma proposta que compõe um modelo teórico-metodológico aberto ao tratamento de diversas práticas na vida social, capaz de mapear relações entre os recursos linguísticos empregados por atores sociais e grupos de atores sociais e aspectos da rede de práticas em que a interação discursiva se insere (RAMALHO; RESENDE, p. 11-12).

Esta pesquisa foi aprovada pelo Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros - CISAM/UPE, de acordo com as exigências da Resolução CNS nº466 de 2012 e da Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS. Número do parecer 4.992.782.

REFERENCIAL TEÓRICO

Neste trabalho, empregamos o termo gênero levando em consideração suas limitações. Logo, utilizamos como referencial a abordagem de Judith Butler em “Problemas de Gênero”.

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a **estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de "homens" aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo "mulheres" interprete somente corpos femininos.** Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois. A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. (BUTLER, 2003, p. 24, grifo nosso).

Butler (2003) questiona a ideia das feministas clássicas sobre essa necessidade de produzir a noção da categoria "mulher" como uniformizada e estável. Utilizamos, então, a categoria gênero de uma forma mais abrangente e inclusiva, visando não limitá-la a uma noção binária de sociedade. Tendo em vista que existe diferentes maneiras de ser e de existir no mundo que escapa a essa padronização.

A inclusão de discussões sobre Gênero e Raça no ensino e aprendizagem da História permite conhecer e compreender as relações de poder e as construções sociais de dominação/subordinação. Neste sentido, buscamos refletir sobre o ensino de história a partir de pensadoras/es decoloniais. Ou seja, através de estudos que analisam a realidade por meio de um pensamento latino-americano, se opondo ao modo de pensar e produzir eurocêntrico. Uma vez que o processo de colonização impõe ao colonizado modelos eurocêntricos sociais/sexuais/éticos, universalizando a cultura europeia e silenciando as demais.

O feminismo decolonial recupera o conceito de decolonialidade, que se fundamenta na ideia de que com o fim do colonialismo, a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias e hierarquização étnico-racial das populações não se transformaram expressivamente. Existindo somente uma passagem do colonialismo moderno à colonialidade global. (CURIEL, 2020). Logo, como alerta María Lugones “Diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial.” (2014, p. 939).

Desse modo, é possível repensar o ensino de História a partir decolonialidade, sobretudo, a forma como são abordadas as diferentes realidades históricas, povos e culturas às quais o discurso histórico descreve e narra. Sendo necessário também rever questões como a “temporalidade e romper tanto com o evolucionismo, quanto com o dualismo típico do pensamento eurocêntrico.” (PAIM; PEREIRA, 2018, p. 1244).

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciemos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos. (GOMES, 2012, p. 102).

O que ocorre na maioria dos casos é que as instituições educacionais reproduzem um currículo eurocêntrico e toda a sua lógica segregacionista e a normatização dos valores europeus. A escola e os currículos continuam com práticas de exclusão e ausências. Faz-se, então, imprescindível conceber a educação e, em particular a aula de História, como espaços de liberdade, descolonizando os currículos em busca de construir “novas formas de relações não mais mediadas por princípios que sustentam a colonialidade, sobretudo, aquele que estabelece como fundamento as relações raciais desiguais e hierárquicas.” (PAIM, PERREIRA, 2018, p. 03).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa encontra-se na fase de entrevistas. Logo, temos como resultados apenas os dados obtidos com a aplicação dos questionários. Estes foram aplicados presencialmente com professoras/es do Ensino Médio de quatro escolas públicas estaduais da cidade de Petrolina– PE, de novembro de 2021 a março de 2022.

Foram incluídas/os na pesquisa professoras/es de história que trabalham na região norte de Petrolina (zona periférica). Ao todo, nessa localidade detectamos sete professoras/es, contudo apenas cinco aceitaram participar mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

As/os participantes têm entre 27 e 46 anos de idade, todas/os estavam em relações heterossexuais e todas/os se identificavam como cristãs/os. Foram três professoras, das quais apenas uma se define como preta, e dois professores que se definiram como pardos.

Ao pedir que as/os participantes avaliassem o quão perigoso era a retirada das palavras gênero, diversidade e orientação sexual do Plano Nacional de Educação (PNE) e dos Planos Estaduais e Municipais, para que se continue os debates, sobretudo em sala de aula sobre gênero elas/es deveriam escolher numa escala de 1 a 5 (sendo 1 nada importante e 5 importantíssimo). Uma professora respondeu marcou a opção 1 (ou seja, **nada relevante**). Outro marcou o número 3 (importância moderada), e as/os outras/os três disseram que era importantíssimo. Contudo, durante as entrevistas todos disseram que não abordavam esses temas em aula e que achavam um assunto “perigo”, “complexo”, “inadequado” para se trabalhar na escola.

No entanto, quando se tratava de questões sobre racismo todas/os avaliam que é um tema importante e adequado para o ensino de história. Mas em suas respostas evidenciam que suas abordagens ainda se encontram, de modo geral, ligadas apenas a escravidão e desigualdade racial na sociedade contemporânea. Nos fazendo lembrar de alguns questionamentos de Nilma Lino Gomes (2012, p. 105, grifo nosso):

a discriminação racial se faz presente como fator de seletividade na instituição escolar e o silêncio é um dos rituais pedagógicos por meio do qual ela se expressa. Não se pode confundir esse silêncio com o desconhecimento sobre o assunto ou a sua invisibilidade. É preciso colocá-lo no contexto do racismo ambíguo brasileiro e do mito da democracia racial e sua expressão na realidade social e escolar. O silêncio diz de algo que se sabe, mas não se quer falar ou é impedido de falar. No que se refere à questão racial, há que se perguntar: **por que não se fala? Em que paradigmas curriculares a escola brasileira se pauta a ponto de “não poder falar” sobre a questão racial? E quando se fala? O que, como e quando se fala? O que se omite ao falar?**

Ressaltamos que se trata de um estudo de caso, sendo uma pesquisa de caráter qualitativo, não existindo a pretensão de haver generalizações a partir dos dados obtidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este resumo discutiu sobre as percepções docentes acerca do papel do ensino de história no debate sobre os problemas de Gênero e de Raça. Nesta perspectiva, percebe-se que ainda há uma resistência no que se refere aos estudos de gênero, que pelo menos na teoria, a educação antirracista é mais aceita. Contudo, não é posta em prática, pois acontece na forma de debates separados dos conteúdos curriculares.

Conclui-se que as abordagens não hegemônicas-eurocêntricas, constituem-se como um importante caminho a ser trilhado na busca por uma sociedade menos desigual e opressora. As discussões no ensino e aprendizagem da História numa perspectiva decolonial permitem uma tomada de consciência por partes das/dos educandas/os quanto as relações de poder e os processos de dominação e de subalternidade que foram estruturados historicamente.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 95-103, jul./dez. 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 288p.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento Feminista Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. INSTITUTO DATAFOLHA. **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 3ª edição – 2021**.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr. 2012.

JAEGER, Melissa Bittencourt; LONGHINI, Geni Nuñez; OLIVEIRA, João Manuel; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos. **Periódicus**, Salvador, n.11, v. 2, mai-out. 2019.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 22, n. 3, set./dez. 2014.

MOREIRA, Marco Antônio. **Metodologias em pesquisa de ensino**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.

PAIM, Elison Antonio; PEREIRA, Nilton Mullet. **Para pensar o ensino de história e os passados sensíveis: contribuições do pensamento decolonial**. Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 32, n. 66, p. 1229-1253, set./dez. 2018.

_____. Apresentação do dossiê O pensamento decolonial e o ensino de história. **Revista Pedagógica**, Chapecó-SC, v. 20, n. 45, p. 11-15, set./dez. 2018.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de Discurso Crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.